

Alexandre Kafka: da Velha para a Nova República, 21 anos no Fundo

Foto de J.França

WASHINGTON (da enviada especial) — O personagem que representa o Governo brasileiro há 21 anos no Fundo Monetário Internacional (FMI) raramente aparece em público, dificilmente faz declarações à imprensa, mas com muita frequência tem estado presente no cenário conturbado das relações brasileiras com os bancos credores internacionais e o próprio FMI. No amplo saguão da sede do FMI em Washington, num desses raros momentos em que se permite trocar mais do que alguns monossílabos com os jornalistas, Alexandre Kafka conversa com a repórter:

— Como eu posso reagir? Só posso dizer que estou aqui trabalhando — responde, ao ser perguntado sobre o movimento encabeçado por setores do PMDB no sentido de destituí-lo da representação brasileira junto ao FMI, sob o argumento de que o seu comportamento no exercício do cargo reflete muito mais os interesses dos credores do que os do Brasil.

Com o cuidado de ressaltar que suas declarações não devem ser identificadas com as posições oficiais do governo brasileiro ou do FMI, Kafka alinha suas convicções favoráveis a busca de caminhos não convencionais na renegociação da dívida externa brasileira. Ele reconhece que o pagamento de juros dessa dívida é responsável por parcela importante do déficit público brasileiro, citando dados reclamados ao ano passado, quando os juros pagos aos credores significaram 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, ou seja, mais da metade do déficit público global de 86, que chegou a 3,9% do PIB.

Escolhido para a função de representante brasileiro pelo então ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões de quem se declara amigo há quarenta anos, Kafka não considera fora de cogitação, a expectativa do governo brasileiro de negociar um acordo com as instituições financeiras credoras antes de um acordo com o FMI. Ele não chega a se surpreender com essa novidade, como não se espantou com a linha de negociação adotada pela Colômbia, que estabeleceu um programa de metas com o Fundo Monetário, cumprindo-as rigorosamente, mas se recusou a receber os financiamentos da instituição. A explicação para o caso é política, já que os financiamentos caracterizariam um acordo 'stand by' completo, uma expressão marcada pela hostilidade da opinião pública colombiana. O governo da Colômbia preferiu, então, dispensar os financiamentos, contando apenas com o aval do FMI para um acordo posterior com os bancos credores de sua dívida externa.

A Colômbia é outro dos nove países que Kafka representa junto ao FMI, um rol que inclui, ainda, além do Brasil, o Equador e mais seis nações do Caribe. Muitos desses países, concorda Kafka, apresentam problemas comuns decorrentes de seu endividamento externo, em maior ou menor grau. Os desequilíbrios do ba-



Kafka ficou satisfeito com a segunda tentativa do Governo Sarney de aplicar um choque heterodoxo, pois as taxas de inflação estão em patamar reduzido, contrariando os pessimistas

lanço de pagamentos é que conduzem os governos dos países endividados a recorrer ao FMI que, em sua receita tradicional, indica o controle do déficit público como via para a recuperação do equilíbrio externo.

A caminho de uma das muitas salas de reunião do FMI a que a imprensa não tem acesso, Kafka concorda em comentar as terapias heterodoxas de combate à inflação adotadas pela Argentina e o Brasil, traduzidas nos planos Austral e Cruzado.

Ele não tem dúvidas de que há um componente inercial nas taxas elevadas de inflação experimentadas tanto pelo Brasil como pela Argentina e o México, dois exemplos, ao contrário do caso brasileiro, de economias não indexadas. E nota, com satisfação que, nessa segunda tentativa do governo Sarney de aplicação de um choque heterodoxo, as taxas estão sendo mantidas num patamar reduzido, contrariando expectativas pessimistas que indicavam para os meses de agosto e setembro taxas inflacionárias superiores a 10%.